

“O gosto pelas coisas intelectuais tedescas” O pensamento alemão na *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero

Ana Helena Krause

The Recife's School was a Brazilian movement during the last quarter of the 19th century, whose main goals were to inform the Empire Court of provincial problems and introduce Brazil to ideas and theories of German philosophers. The first history of Brazilian literature was written in 1888 by Sílvio Romero and is considered part of this movement. According to this work, Brazil should be connected to German thought. Romero's reception of the German authors is not passive; he engages in dialogue through his text by connecting, criticizing and elaborating upon his references. The autonomy of thought he proves in this process is the same autonomy he demands from Brazilian intellectualists. In order to develop the talents inherent to Brazil, he believes they should widen their cultural horizons, instead of only being dependent on French culture. Only then Brazil would be able to occupy a position equal amongst developed nations. Romero's conception of race and his idea, that it is possible to include the totality of Brazilian literature in his work are both out of date. However, in the *História da Literatura Brasileira* there are methodological aspects in common with the modern theories on writing histories of literature, such as the choice of texts not only according to aesthetics criterions and the interdisciplinarity, because the author relates biology, sociology, economy, and politics with literature.

Keywords: Sílvio Romero; History of Literature; Germanism in Brazil.

No último quartel do século XIX, auge da influência de Auguste Comte sobre a *intelligentsia* brasileira, um grupo de intelectuais resiste à exclusividade francesa e reivindica ampliação dos horizontes de influência cultural através do “germanismo”. O movimento, conhecido como Escola do Recife, propunha sobretudo a busca de soluções para os problemas brasileiros a partir da análise da índole nacional. A primeira obra de fôlego dedicada à história da literatura brasileira foi publicada por Sílvio Romero em 1888 e é parte deste projeto. O presente trabalho pretende apresentar as linhas mestras do texto, bem como assinalar a presença e comentar a influência do pensamento germânico, analisando em que medida o historiador se relaciona com as idéias de autores alemães.

Sílvio Romero nasceu no interior do Sergipe, em 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1914. A origem familiar modesta deste membro da elite rural arruinada pela crise do açúcar e seu conseqüente desconforto diante das elites urbanas, das quais nunca se sentiu membro de direito, ajudam a compreender melhor suas idéias. No Rio de Janeiro, o

Doutoranda em Teoria da Literatura na PUC-RS, bolsista CNPq, atualmente fazendo Doutorado Sanduíche na Universidade de Bonn.

Endereço: Lotharstraße 24, D-53115, Bonn, Alemanha. Tel: +4917626925472;

E-mail: anahelenakrause@yahoo.com.br

polêmico defensor de valores culturais da província procurou ascender socialmente e destacar-se intelectualmente, divulgando as idéias da Escola do Recife. O expoente mais representativo deste grupo era o também sergipano filósofo, poeta, crítico e jurista Tobias Barreto, que não hesitava em atribuir a responsabilidade pelos problemas nacionais à Corte Imperial.¹ Durante toda a vida, Romero divulgou e reivindicou reconhecimento à obra do conterrâneo no ambiente cultural carioca. Ricardo Luiz de Souza afirma, em “Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero”, que o autor da *História da literatura brasileira* (doravante citada como HLB) era contra a adoção de modismos estrangeiros que caracterizava a Corte na época e, como provinciano independente, buscava transferir o eixo de interesse, que se concentrava na mercadoria intelectual externa, para o debate a respeito dos problemas nacionais.

De acordo com Marisol Santos Moreira, o objetivo da Escola do Recife era “deslocar o centro irradiador de cultura para o Brasil da França para a Alemanha”.² Tobias Barreto conseguira, inclusive, aprender alemão, apesar das limitações da pequena cidade de Escada, onde residia, e costumava citar escritores germânicos, como, por exemplo, o poeta Heinrich Heine. Santos Moreira observa que foi muito importante, nesse processo de assimilação cultural, o contexto político de vitória na Guerra Franco-Prussiana, em 1871, que possibilitou à Alemanha despontar como novo centro industrial e intelectual da Europa. Tobias Barreto veria tais acontecimentos como a abertura de novos horizontes à história mundial, fazendo com que o germanismo começasse a chamar a atenção do mundo inteiro.³ A corrente francófila, por sua vez, seria responsável pelo atraso intelectual do Brasil e os trabalhos científicos franceses teriam, para Barreto, tanto caráter científico como um romance de Zola.

Na introdução à coletânea *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*, Antonio Candido aponta novidade na concepção de literatura do crítico, que a entende como produto de fatores naturais e sociais, tanto sujeitos à influência da raça, como desenvolvidos de acordo com o princípio de seleção natural. De acordo com Candido, Romero defende que a sociedade brasileira é produto da mestiçagem e destaca o papel do negro, não atribuindo tanta importância ao índio, como se costumava fazer até então. Na *História da literatura brasileira*, ele daria mais atenção à dimensão biológica através de fatores sociais e psíquicos, pretendendo elucidar as obras a partir da personalidade dos autores. O professor da USP destaca que o critério de valor de Romero não é estético; ele procuraria, antes, avaliar “como e em que grau o autor e a obra tinham contribuído para a diferenciação, aproximando-se progressivamente de um teor brasileiro, que se manifestava, sobretudo, na fidelidade com que eram reproduzidos a sociedade e os sentimentos”.⁴ Embora admita que o interesse pela questão da raça “permitiu uma reflexão ampla e valiosa sobre a literatura do Brasil e sobre o Brasil enquanto produtor de literatura”,⁵ Candido conclui que a indagação de Sílvio Romero estava errada na base, pois a raça – fator a que confere peso máximo – não explica nem determina nada.

Ricardo Luiz de Souza também reconhece o caráter datado da *História da literatura brasileira* de Romero, mas ressalta que, na época, ela foi novidade em termos de abordagem, por causa do instrumental científico, que focalizava fatores extraliterários. Ao autor, cientista e crítico literário a um tempo, importaria “o processo histórico, social e econômico que criou a literatura brasileira”⁶ e interessaria “não o valor especificamente literário da obra, mas o quanto ela incorpora, em si própria, de nacionalidade [...] e o quanto ela é útil como instrumento para desvendar este caráter [...]”.⁷

Também é preciso destacar o caráter pioneiro e politicamente engajado da obra. De acordo com Regina Zilberman, “a Sílvio Romero se atribui a primogenitura da história da literatura brasileira”.⁸ No artigo “Entre duas histórias: de Sílvio Romero a José

Veríssimo”, ela destaca que Romero escreve munido de princípios políticos que conferem ao texto caráter polêmico, intensificados pelo fato de a publicação ser contemporânea à abolição da escravidão no Brasil; o autor, republicano e partidário de um Brasil autônomo e independente tanto na política como na literatura.

A *História da Literatura Brasileira* do paraense José Veríssimo, por sua vez, só é publicada em 1916, quase trinta anos após a obra do sergipano e vale como o segundo texto mais importante dedicado ao assunto, no Brasil. Na introdução, de 1912, Veríssimo elenca Romero entre seus predecessores, ao lado do historiador Franz Adolf von Varnhagen. Embora ressalte que seu conceito de literatura difere daquele do colega, reconhece a importância de seu trabalho como “testemunho da nossa cultura literária no último quartel do século passado”,⁹ e assim o justifica:

A História da literatura brasileira do sr. Sílvio Romero é sobretudo valiosa por ser o primeiro quadro completo não só da nossa literatura mas de quase todo o nosso trabalho intelectual e cultura geral, pelas idéias gerais e vistas filosóficas que na história da nossa literatura introduziu, e também pela influência excitante e estimulante que exerceu em a nossa atividade literária de 1880 para cá.¹⁰

Entretanto, no longo capítulo dezoito, “Publicistas, oradores, críticos”, Romero é citado apenas uma vez, no fim do penúltimo parágrafo:

Mas o primeiro dos escritores brasileiros que, de parte um breve e malogrado excuro pela poesia, fez obra copiosa de crítica geral e particular, é o Sr. Sílvio Romero, simultaneamente discípulo, por Tobias Barreto, dos alemães e, muito mais diretamente, dos franceses por Taine e Scherer, pelo que é da literatura propriamente dita, e de Spencer, Haeckel, Noiré e Iehring, pelo que é da filosofia e pensamento geral.¹¹

Se comparadas às longas alusões a muitos autores hoje praticamente esquecidos, as referências a Romero, a despeito de sua importância – atestada pelo número crescente de trabalhos dedicados a sua obra por sociólogos, economistas, historiadores, críticos literários –, são poucas. Por quê, se também para a carreira de José Veríssimo como crítico o sergipano foi um modelo? Acredito que as divergências, constantes discussões e a extrema rivalidade que surgiu entre ambos, culminando no texto “Zeverissimações ineptas da crítica” (1910) sejam a resposta. Aqui, nos interessa que Romero é apresentado como discípulo dos alemães e dos franceses; dos primeiros, de forma “indireta”, via Tobias Barreto, e dos últimos “diretamente”. Refere-se Veríssimo, aqui, ao contato de Romero com os autores, que se daria pela leitura no original, no caso dos franceses, e através de traduções e comentários de Barreto, sendo eles alemães? Ou ele insinua que, sem a influência de Tobias, Romero não teria se interessado pelo pensamento alemão? De qualquer maneira, o professor da Escola de Direito do Recife é apontado como canal entre Sílvio Romero e o assim chamado germanismo.

Por ocasião do centenário do nascimento de Sílvio Romero, em 1951, é publicado, na Revista das Academias de Letras do Rio de Janeiro, um artigo com o título “Sílvio Romero e o germanismo”, por Othon Costa.¹² Seis anos após a derrota da Alemanha e o fim da Segunda Guerra Mundial, germanismo e alemanismo eram relacionados pela memória coletiva imediatamente ao nazismo; teorias que supostamente comprovam a superioridade da raça ariana, vistas como uma das causas do genocídio nos campos de

concentração. Tendo em vista esse contexto, as linhas-mestras do artigo são as seguintes: primeiro o autor remete ao embate intelectual entre teuto-sergipanos – representados principalmente por Barreto e Romero, da Escola do Recife – e galo-fluminenses – a maioria dos intelectuais na Corte, “adversários” dos primeiros. A seguir, Costa desmente a idéia geral de que a intuição germânica de Romero se deve exclusivamente à influência do amigo Tobias Barreto: o autor da HLB teria tido um professor amante da literatura alemã nos tempos de liceu, que nele despertara esse interesse. Othon Costa, então, ressalta que Sílvio Romero, diferente de Barreto, que pretendia adotar tudo o que vinha da Alemanha, apenas assimilou o modelo crítico alemão, do contrário, não teria alertado tão severamente para o perigo da colonização alemã concentrada no sul do Brasil.¹³ O membro da Academia Carioca de Letras cita trechos de discursos de Romero na Câmara dos Deputados, segundo os quais a consequência de não se promover uma colonização equilibrada entre as regiões seria o futuro perigo de separatismo no sul. O objetivo do texto, segundo o qual os alemães pretendiam de fato criar uma colônia ultramarina no Brasil para satisfazer sua sede de conquista imperialista, parece ser a defesa de Romero contra a acusação de ser um dos promotores da propaganda alemã. Othon Costa encerra o artigo condenando não só o nazismo como também nação e povo alemães.¹⁴

Porém, Costa observa apropriadamente que Sílvio Romero não está simplesmente atrelado a um “pensamento alemão”. A orientação filosófica do sergipano consiste em duas correntes de pensamento bastante amplas, disseminadas na Europa a partir do início do século XIX e que influenciaram maciçamente a intelectualidade brasileira na segunda metade do mesmo século: o Positivismo, que nasce, na esteira do Iluminismo, como reação ao pensamento metafísico que embasa a Teologia, e o Evolucionismo, que tem origem nas descobertas de Charles Darwin sobre a evolução das espécies. Embora o primeiro pertença ao âmbito da filosofia e o segundo, da biologia, ambos pregam a utilização do método científico para análise e investigação de fenômenos. O pensamento evolucionista de Darwin e de Spencer conquistara muitos naturalistas germânicos, entre eles Ernst Haeckel, propagador das teorias evolucionistas, especialmente de Darwin, na Alemanha, e um dos autores continuamente citados por Romero, a propósito de teorias sobre raça. A matriz positivista e evolucionista está presente ao longo de toda a obra e seu “germanismo” não pode ser entendido fora desse contexto.

O prólogo da primeira edição da HLB data de dezenove de maio de 1888, poucos dias após a abolição da escravidão. Segundo Romero, a Abolição era iminente e há muito já se discutia qual seria a melhor maneira de colocá-la em prática sem desestabilizar por completo a economia nacional. Por isso, ele teria defendido que os fazendeiros alforriassem seus escravos aos poucos, como já viria acontecendo em todo o país. O autor expõe também seu credo político de republicano contrário à federação, justificando que nosso povo, naquele momento, seria incapaz de administrar um país descentralizado: “é a um povo assim psicologicamente organizado que se vai impor o regime dissolvente da federação?”.¹⁵ A esse propósito, ele utiliza um argumento emblemático de toda a obra: em todas as questões, é preciso levar em conta a “índole nacional”. Também no prólogo, ao enumerar problemas sociais, Romero traz à pauta a questão da imigração alemã no sul. Para ele, a unidade étnica que teria garantido a existência do Brasil até aquele momento estaria ameaçada por causa da “ingestão sistemática de elementos estrangeiros em privilegiada zona do país [...]”.¹⁶ “Quanto aos estrangeiros, deve-se fazer com eles o que intitulei a colonização integral, isto é, que se vão espalhando por todo o país, especialmente o Norte e o grande Oeste. Nada de aglomerá-los às dezenas e centenas de milhares de uma só raça nas quatro províncias do Sul”.¹⁷ Sobre o trabalho na lavoura, ele defende que se privilegie o colono brasileiro, propondo uma integração que possibilite a

este assimilar os conhecimentos do estrangeiro, bem como “branquear” as futuras gerações.

A educação também estaria entre nossos problemas sociais. Nesse tocante, ele cita a Alemanha como modelo educacional a ser seguido pelo Brasil, pregando a adoção do método de ensino idealista, “que estimula em subida escala as faculdades elevadas e inventivas”,¹⁸ não prejudicando a prática e a técnica, ao “contrário do ensino rasteiro, materializado e pretenciosamente prático, o qual atrofia a inventiva, a imaginação, e abaixa muito o nível intelectual”.¹⁹

No primeiro capítulo da HLB, intitulado “Trabalhos estrangeiros e nacionais sobre a literatura brasileira”, o historiador faz um inventário das publicações anteriores na área: *Le Brésil Littéraire*, do austríaco Ferdinand Wolf (Berlin, 1863), alguns textos a respeito da literatura portuguesa, “da qual a nossa era considerada um apêndice”²⁰ – lacunosos no que diz respeito à literatura no Brasil –, e vários ensaios e artigos esparsos de brasileiros sobre épocas ou autores específicos. Também o trabalho de Wolf, em sua avaliação, foi “feito às pressas, não tem vistas teóricas; é um produto artificial e diplomático”.²¹

Ao expor as bases epistemológicas de sua empresa, Romero se apóia em autores como o crítico francês Edmond Scherer,²² que prescreve maneiras de escrever uma história literária. A primeira delas é considerar de forma geral, distinguindo, classificando, destacando o encadeamento dos fatos; a segunda, focalizando os poetas e escritores em seu dia-a-dia, dando ênfase ao anedótico. O autor da HLB declara optar pelo primeiro método, uma vez que “não existem documentos para se fazer a história íntima, pinturesca, viva e anedótica dos escritores do Brasil”.²³

Como já afirmamos acima, a convicção evolucionista de Sílvio Romero, bem como sua proposta de relacionar a questão racial, a formação étnica do povo brasileiro com a literatura produzida no país é a razão de ser da obra e o eixo de seu pensamento. Afirma o autor:

Pretendo escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral. (grifo do autor)²⁴

Sílvio pretende escrever uma história natural das letras, estudar “as condições de nosso determinismo literário, as aplicações da geologia e da biologia às criações do espírito”.²⁵ O uso dos métodos das ciências naturais nas ciências humanas acenaria com a possibilidade de explicar aquilo que ainda não havia sido explicado e encontrar a verdade. Assim, a euforia cientificista carrega, para essa geração de intelectuais brasileiros, a esperança de colocar o país na esteira do desenvolvimento, para que um dia possa se igualar às nações desenvolvidas: “[...] um povo que se forma não deve só pedir lições aos outros; deve procurar ser-lhes também um exemplo. Ver-se-á em que consiste nossa pequenez e o que deveramos fazer para ser grandes”.²⁶

A empresa tem caráter abrangente: Romero inclui na HLB tudo aquilo que caracteriza a cultura brasileira, de canções folclóricas a discursos políticos, pois defenderia a concepção de literatura dos críticos e historiadores alemães, que se valem não apenas de textos de suposto valor estético, mas de todas as manifestações da inteligência de um povo, entre elas a política, a economia, a arte, as ciências: “[...] para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo”.²⁷

Segundo o sergipano, a atual fase da literatura brasileira é de reação crítica e naturalista ao romantismo, caracterizado pela imitação dos franceses. Nela “buscamos de novo nossas tradições à luz das idéias realistas, procurando harmonizar umas com outras”.²⁸ A base para isso são as novas correntes de pensamento europeias:

O positivismo filosófico francês, o naturalismo literário da mesma procedência, a crítica realista alemã, o transformismo darwiniano e o evolucionismo de Spencer começaram a espalhar-se em alguns círculos acadêmicos, e uma certa mutação foi-se operando na intuição corrente. Todos os anos crescia o número dos combatentes; foram eles os primeiros que no Brasil promoveram a reação seguida e forte contra o velho romantismo transcendental e metafísico.²⁹

No segundo capítulo, “Teorias da história do Brasil”, o autor justifica a importância de estar a par das teorias em voga na Europa, afirmando que os problemas históricos e literários têm uma face voltada para o mundo e outra para o país. Ele reconhece a importância da teoria da história do Brasil do naturalista alemão Karl Friedrich von Martius, autor de *Como se deve escrever a história do Brasil*, de 1843, que abarcaria a perspectiva das nacionalidades e da questão etnográfica, indicando traços do povo brasileiro, embora também lhe faça várias críticas. A principal delas é a ausência da perspectiva do mestiço. Na segunda parte do quinto volume da obra, no segmento “Diversas manifestações na prosa – história”, ele analisa detalhadamente o ensaio do alemão. Romero cita e comenta longos trechos, afirmando que não há motivo para crer que foi von Martius quem primeiro diagnosticou e expressou questões como a divisão histórica do país em regiões ou a importância de se considerar a contribuição das três raças, índia, negra e branca, na formação do povo brasileiro. Segundo o sergipano, ele não chega a mostrar o papel de cada uma das raças, nem se aprofunda em sua psicologia. O autor também acusa von Martius de conhecer “as cousas brasileiras muito pela rama”,³⁰ apontando vários erros em sua teoria sobre o Brasil: considerar os índios como povo homogêneo, ignorando a diversidade de tribos; afirmar que havia poucos indígenas no Brasil quando da chegada dos portugueses; atribuir importância exagerada ao sistema das milícias instituído pelos últimos para a unificação do país. Enfim, ele protesta contra a supervalorização da obra e conclui que as principais idéias ali apresentadas ou são nada originais, já havendo sido proferidas por outros pensadores nacionais, ou são obviedades. Romero atalha que von Martius era um bom botânico, mas não linguísta, historiador, filósofo nem sociólogo, e que não basta conhecer a botânica de uma país para também saber-lhe a história.

No terceiro capítulo, o autor comenta a filosofia da história de Buckle e apresenta a hipótese do inglês para explicar o atraso do povo brasileiro. Aplicando métodos das ciências naturais na história e criticando a metafísica, Buckle afirma que o atraso do Brasil se deve ao fato de que a natureza é tão exuberante, forte e perfeita, que não há lugar para o homem. Os aborígenes nunca teriam se oposto às dificuldades, mesmo que a cultura europeia tenha introduzido recursos. Embora concorde que “nossa civilização é impregnada de barbarismo”, Romero discorda que a causa sejam apenas fatores climáticos, apontando os equívocos de Buckle na descrição exagerada da natureza do Brasil, que trairia excessiva credulidade nas “narrações fantásticas dos viajantes, sedentos de maravilhas e despropósitos”.³¹ Para o autor da HLB, o atraso é consequência de uma combinação de fatores, em primeiro lugar, de razões naturais: calor, chuvas, seca, febres; em segundo, étnicas: incapacidade relativa das três raças que constituíram a

população; e, por último, “fatores históricos chamados política, legislação, usos, costumes, que são efeitos que depois atuam também como causas”.³²

Nos demais capítulos da primeira parte da HLB, Romero se aprofunda nas questões meio, raça e história, sem deixar de relacionar cada um desses aspectos com a literatura brasileira. No quarto, “O meio – fisiologia do brasileiro”, o autor cita estudos de cientistas sobre o clima e sobre como isso influencia a constituição física dos habitantes. Assim, os problemas climáticos, já citados acima, são responsáveis por termos “uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesada em sua mor parte”,³³ o que na literatura se refletiria em talentos precoces que se esgotam rapidamente, facilidade em aprender, mas superficialidade: “O trabalho intelectual é no Brasil um martírio: por isso pouco produzimos; cedo nos cansamos, envelhecemos e morremos depressa”.³⁴ Entretanto, em relação à ex-metrópole, teríamos todas as condições de firmar “definitivamente nossa completa independência intelectual”,³⁵ pois o clima modificaria os imigrantes, contribuindo para a integração nacional, também no campo da literatura.

Nos dois próximos capítulos, Romero se concentra na questão racial. No quinto, ele prevê que, no futuro, prevalecerá no Brasil o mestiço, a quem dedica o sexto. Ele traz à pauta a questão do surgimento do homem, e se declara contra a hipótese monogenista. As raças indígenas do Brasil teriam surgido aqui, e não emigrado de outra parte. Alguns estudiosos alegam que foram encontradas no Brasil pedras nativas da Ásia, prova de que os habitantes da América vieram daquele continente. O autor baseia seu posicionamento em duas fontes: nos argumentos de mineralogistas alemães que descobriram ser essa uma rocha semelhante às asiáticas, mas brasileira, e em um artigo de um jornal gaúcho, de acordo com o qual foi encontrada em território nacional uma espécie de crânio que comprova ter havido idade da pedra lascada no Brasil, e, portanto, desmentindo que naquela época ainda não havia pessoas na América. O texto teria lhe sido enviado pelo “seu amigo” Carlos von Koseritz, nobre alemão que se estabeleceu no Rio Grande do Sul na metade do século XIX, fundando um jornal e se tornando uma importante figura política.

As conclusões de Romero sobre a questão étnica no Brasil são que o povo brasileiro não é formado só de uma raça, mas mestiçado entre índio, negro e branco, fusão que será sempre responsável pela população brasileira. Ao português caberia o lugar de honra, “porque ele, sem ser o único, é o principal agente de nossa cultura”,³⁶ embora o branco atualmente também esteja representado por outras nacionalidades, como a italiana e a alemã. Uma vez que o índio havia sido exterminado e a escravidão abolida, enquanto a imigração européia continuava, este elemento predominaria e, com o tempo, todos os brasileiros seriam mestiços de cor branca. Entretanto, como a imigração estaria se concentrando na região sul, o norte sofreria desvantagem. A colonização deveria ser equilibrada, do contrário, em breve as províncias do sul tomariam a frente, tornando-se independentes. Neste capítulo, o autor ainda cita a contribuição de outros naturalistas não francófonos para a compreensão da formação étnica brasileira, entre eles, o zoólogo e mineralogista alemão Leopold Heinrich Fischer e o arqueólogo e paleontólogo dinamarquês Peter Lund, que chegou a se estabelecer definitivamente em Minas Gerais.

Romero procede, então, ao exame da contribuição do índio, do negro e do europeu para nossas tradições populares, no capítulo VII. Segundo o historiador, o português foi quem mais teve nelas influência, depois o negro, e, por último, o índio. Além disso, para ele, “a influência européia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para permanecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima”.³⁷

No oitavo capítulo, Sílvio Romero analisa a influência da economia nas letras e nas instituições políticas e sociais, postulando que riqueza ou pobreza influem na formação de uma literatura. Segundo o autor, o Brasil, embora aparente ser rico, é pobre; as terras e os dinheiros estão mal distribuídos e a grande massa da população não tem onde trabalhar, pois, como o país importa produtos manufaturados, não há indústria. Sílvio, então, traça um paralelo entre a economia do país e as escolas literárias de destaque desde a época da colonização. De acordo com ele, a Escola Baiana de Gregório de Matos reflete a riqueza gerada pelo açúcar, no século XVII; a Escola Mineira de Tomás Antônio Gonzaga e Santa Rita Durão está relacionada à extração do ouro, no século XVIII; e a Escola Fluminense de Gonçalves de Magalhães e Joaquim Manuel de Macedo, no início do século XIX, resulta do bom nível de vida atingido com o café.

Romero entende que as atuais perspectivas da literatura no Brasil não são boas, pois a economia é baseada no latifúndio, os poucos pequenos agricultores estão endividados, o comércio é dominado por estrangeiros e a maioria da população é pobre. Sendo assim, ele indaga: quem vai ler ou escrever? Além disso, o autor se queixa das classes acadêmicas e dominantes, que não se interessariam pelo pensamento nacional, consumindo apenas literatura européia. Para ele, “a grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa, devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura”.³⁸ A falta de autores seria também causada pela situação das instituições de ensino superior no Brasil na época, raras e recentes, oferecendo poucos cursos e espalhadas pelo território nacional, longe da maior parte dos estados, e pelo fato de os livros serem caros e de não haver editores nem leitores para obras nacionais.

Absolutismo, centralização, exploração e submissão caracterizariam a situação do Brasil, tanto no passado quando naquele momento: “Desde o princípio, toda a população dividiu-se em duas grandes classes: – senhores e escravos. Aqueles eram os portugueses, ou seus descendentes; os outros – os negros e os índios!”.³⁹ Assim, a submissão seria inerente ao povo brasileiro porque sempre teria havido um poder absoluto: “povo flagelado por todas as extorções, – nunca fomos, nem somos ainda uma nação culta, livre e original”.⁴⁰ O autor encerra este capítulo conclamando a uma reação: ele pede que o povo (e se inclui em seus imperativos da primeira pessoa do plural) se envergonhe, reaja, lute, conquiste seu lugar entre as nações trabalhando, ousando, contribuindo para a humanidade com aspectos morais, e não apenas com café, a fim de superar as relações econômicas e sociais da Colônia e do Império. Dessa forma, seria possível abrir nova fase à vida e ao pensamento nacional, incrementando as classes produtoras, a fim de resistir aos “parasitas”.

No capítulo IX, o último da primeira parte, cujo título é “Psicologia nacional, problemas da educação e imitação do estrangeiro”, o autor argumenta que os brasileiros, assim como os portugueses, não são criativos nem têm capacidade de produzir algo por si. Por isso, ele recomenda:

Tanto quanto se deve aos povos fracos aconselhar que busquem exemplo nas grandes nações criadoras, eu avisara os brasileiros das vantagens que lhes podem advir da lição das gentes anglo-germânicas, corrigindo as debilidades latinas. [...] às robustas gentes do Norte [...] está reservado o papel histórico [...] de tonificar de sangue e idéias os povos latinos [...].⁴¹

A contribuição das raças germânicas também poderia ser verificada no fato de terem preparado a Idade Média, criado as nações e iniciado a Era Moderna, na qual a Reforma viria “abalar de novo as consciências à busca de idéias mais sãs”.⁴²

Romero se declara filiado ao evolucionismo inglês de Darwin e Spencer e ao evolucionismo alemão de Haeckel. Embora reconheçamos que a base de seu pensamento seja o positivismo, ele o define como sistema atrasado e critica veementemente seu dogmatismo, preocupando-se em definir sua “intuição” anglo-germânica – cuja importância ele justifica citando vários cientistas, de Kepler a Haeckel – em relação ao Brasil. Esta consiste em alertar os conterrâneos para o perigo de restringir-se a ciência humana no Brasil ao espiritualismo, ecletismo ou positivismo franceses, deixando de beber em outras fontes, como a germânica, na qual ele vê “a guerra à centralização do pensamento nacional, a oposição à imitação do parismo”.⁴³ Sílvio aponta a tendência à diferenciação e ao individualismo, em detrimento da centralização, como característica dos povos anglo-germânicos, exemplo que os brasileiros precisariam seguir, reconhecendo e se orgulhando de sua variedade, afinal, na literatura das províncias do norte e do sul existem tendências diversas, que não podem ser ignoradas. Nesse sentido, compara:

*O Brasil é o Rio de Janeiro!... dizemos, macaqueando inconsideradamente a frase – a França é Paris!... [...] Nunca houve quem dissesse: a Alemanha é Berlim... os Estados Unidos são Washington... a Inglaterra é Londres... (grifos do autor)*⁴⁴

A segunda parte do primeiro volume consiste na apresentação do folclore brasileiro, com respectiva análise da contribuição do negro, do branco e do índio. A terceira, na descrição do método sociológico da Escola de Le Play, a partir do qual Romero se propõe estudar o Brasil e o povo brasileiro. Na quarta parte, ele parte para as conclusões gerais, enquanto dedica a quinta e última à crítica, procedendo a uma retrospectiva na qual destaca a contribuição dos gregos, que teriam introduzido a matéria, embora com caráter eminentemente normativo, enquanto o autor conclui que ela necessita de base científica.

Na parte IV, Sílvio Romero afirma que nossa literatura, como todas as outras, resulta de meio, raça e correntes estrangeiras, sendo a natureza e a raça os fatores primordiais e permanentes; a influência e imitação estrangeira, os fatores móveis, variáveis e externos. De acordo com o autor, a presença e a predominância da influência estrangeira nas literaturas jovens como a nossa é natural. A literatura brasileira teria imitado sempre a portuguesa – que também se caracterizaria pela imitação – e, desde 1830, a francesa. Além disso, ele reconhece que, geralmente, aquilo que absorvemos dos ingleses, alemães, russos e escandinavos é lido em francês.

Portanto, uma literatura não seria obra do acaso ou de um poder estranho, manifestação da metafísica do absoluto. Antigamente, a crítica brasileira, segundo Romero, tinha essa consciência nem era capaz de estabelecer relações entre meio, literatura e raça, enquanto a crítica moderna mostra que a literatura é apenas um ramo da arte, que, por sua vez, assim como a religião e a política, é um capítulo da sociologia. A Escola do Recife teria contribuído para se preencher essa lacuna no campo da crítica.

O inventário das influências estrangeiras nas letras nacionais leva o autor a destacar o movimento em prol do germanismo, encabeçado por Tobias Barreto, autor dos Estudos Alemães, que teve as seguintes consequências:

Já diretamente por livros alemães, pois que muitos moços estudaram então a língua germânica, por traduções francesas, inglesas, italianas, espanholas, espalhou-se nos círculos pensantes o gosto pelas coisas intelectuais tedescas. E hoje é preciso ser muito refratário a certa forma superior da cultura para não ter lido Kant, Hegel, Schopenhauer, Hartmann, Nietzsche, Lange, Zeller, Bluntschli, Holtzendorf, Savigny, Ihering, Mommsen, Curtius, Sybel, Droysen, Gneist, Fr. Diez, Ottfried e Max Müller, Strauss, Haeckel, Vogt e cinquenta outros.⁴⁵

A ostentação de tanto conhecimento a respeito das “coisas intelectuais tedescas” é uma provocação e uma crítica ao monopólio cultural brasileiro da Corte, que voltaria sua atenção quase exclusivamente para a cultura francesa.⁴⁶ Embora tenha como base de sua formação o positivismo comtiano, o polemista Romero reivindica espaço, nas letras brasileiras, para o pensamento alemão, paralelamente à tentativa de abrir caminho para as idéias da província.

Segundo o autor, houve duas espécies de alemanismo no Brasil, o “literário” e o da “imigração”, sendo aquele o de Barreto e este o de Escagnolle Taunay, além do seu próprio, que consistiria em “ensinar e demonstrar o valor, a importância, a influência política, social, histórica do elemento teutônico na civilização mundial”.⁴⁷ Enquanto Tobias veria na assimilação da cultura e do pensamento alemão uma chance de fortalecer o elemento nacional, para que pudesse concorrer com o germânico em pé de igualdade, Taunay desejaria a colonização teutônica apenas para nos ver prosperar, embora “detestasse” as “gentes alemãs”. Sílvio ressalta que seu conterrâneo também era contrário ao modo desequilibrado como se estaria fazendo a colonização germânica no Sul do Brasil.

Para o autor da HLB, ambas as propostas têm seu lado positivo e negativo. Assim, a propaganda do autor dos Estudos Alemães contribuiria para ampliar o conhecimento dos brasileiros sobre a “vida espiritual” da Alemanha, o que seria de grande vantagem, embora se precisasse tomar cuidado para não negligenciar os impulsos nacionais nem restringir nosso campo de influência cultural. Sílvio elogia o zelo de Taunay em fortalecer nosso povo através da imigração alemã, a fim de “ir apagando progressivamente os maus lados do mestiçamento atual”.⁴⁸ Entretanto, critica-o por não atentar para o perigo de aglomerar tantos “homens de uma gente estranha à nossa” em apenas uma zona do país: “Dividi-los, espalhá-los, difundi-los para serem assimilados e não perturbarem a nação brasileira, que é uma formação luso-americana, é o que convém”.⁴⁹

Sua avaliação das posturas de Barreto e Taunay revela que ele próprio tem uma relação ambígua com a Alemanha, condicionada por suas crenças deterministas: por um lado, pretende usar os colonos importados para clarear o mestiço brasileiro e introduzir novas técnicas agrícolas; por outro, insiste na necessidade dos brasileiros não se restringirem apenas à influência cultural francesa, mas tomarem conhecimento da herança cultural germânica, cujos expoentes admira e cita continuamente, além de ver na organização política e cultural alemã um exemplo de não-centralização, de valorização de peculiaridades regionais, em oposição à França.

Embora tome a pátria de Haeckel e sua “raça superior” como exemplo, o historiógrafo prega a necessidade de autonomia, tanto no campo das idéias como na questão da imigração. Ele acredita que o elemento alemão melhorará o povo brasileiro através do branqueamento, mas teme as “gentes robustas do norte”, por isso, alerta que a imigração precisa se espalhar por todas as regiões, a fim de obter-se a homogeneidade necessária

para que a nação prospere e sem guerras ou divisões. Para o autor, os imigrantes alemães são bem-vindos para se integrar e trabalhar pelo ideal de crescimento brasileiro, não para criar uma colônia fechada e separatista.

No que concerne à autonomia intelectual, Romero não acata passivamente as idéias dos pensadores anglo-germânicos que cita no volume, mas com eles dialoga, acrescentando sua análise, sempre crítica, como quando aponta lacunas no texto de Ferdinand Wolf sobre a literatura brasileira ou na teoria histórica de von Martius. A relação de Romero com o pensamento alemão é, portanto, marcada pela necessidade de auto-afirmação: os alemães são exemplo em termos teórico-analíticos e por ter um pensamento independente (que Romero sonha fomentar entre os brasileiros), mas quando analisa o que o historiador inglês Buckle, bem como Wolf e von Martius escrevem sobre o Brasil, Romero protesta contra o entusiasmo local a respeito de constatações que autores brasileiros já haviam apresentado antes ou contra o fato de que estrangeiros queiram saber mais do que aqueles. Ele se depara com generalizações, corrige-as, citando exceções e insiste que os europeus não estão autorizados a nos dar lições sobre nosso país. Entretanto, o historiógrafo é um entusiasta de modelos críticos e analíticos providos da Alemanha, como as teorias evolucionistas de Haeckel.

A admiração pela Alemanha está relacionada também com o nacionalismo de Sílvio Romero, característico não apenas da Escola do Recife na jovem nação. Para ele, assim como fazem os alemães, a classe instruída brasileira deve valorizar a mercadoria intelectual que o próprio país oferece, ao invés de ler e admirar apenas o que vem de Portugal ou Paris. Também em termos econômicos, precisaríamos desenvolver aquilo que temos, ao invés de importar os produtos fabricados no exterior com nossas matérias-primas. A consciência de que os problemas nacionais têm uma face voltada para o mundo e outra para o país revela que o nacionalismo do autor difere totalmente daquele ufanista, que se fecha sobre a própria nação, iludindo-se com a aparente auto-suficiência fornecida pelo vasto território e por uma natureza exuberante.

Enfim, Sílvio Romero crê que a sociedade brasileira deve se servir da contribuição – tanto étnica quanto cultural – dos povos germânicos, mas não com o intuito de se sujeitar a eles. Apoiando-se teoricamente, pretende adotar o modelo de uma nação que, no contexto europeu, em parte pela descentralização política que lhe era característica, foi ofuscada pela França das Luzes, mas que sempre tentou afirmar sua identidade, conquistar seu espaço. Assim, as vozes periféricas do nordeste brasileiro reivindicaram o direito de propor uma leitura da pátria além daquela imposta pelo centro, seja ele o Rio de Janeiro, seja Paris. Com sua leitura nacional através do evolucionismo literário, com a ostentação de tantas leituras e com a exibição do domínio da aplicação do método científico à história da literatura, o sergipano pretende contribuir para o entendimento da literatura brasileira e sua evolução e, finalmente, nada menos que para a evolução, o crescimento, a prosperidade do país.

Embora documente uma época importante de nossa trajetória intelectual, o projeto literário e nacional de cunho evolucionista de Sílvio Romero, assentado na questão da raça, não faz mais sentido atualmente. A crença na existência de superioridade e inferioridade racial (que, como atesta não somente a leitura da HLB, não pode ser debitada apenas na conta dos alemães) não contribuiu para fomentar a civilização, mas conduziu a humanidade à barbárie e ao genocídio. O recorte ambicioso proposto por Sílvio também não cabe mais dentro da atual consciência de que qualquer tentativa de dar conta historicamente de uma totalidade é inútil. O subtítulo “Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira” estampa na primeira página da obra a crença de que é possível abarcar completamente e dar a última palavra sobre um

objeto – nesse caso, a literatura nacional –, a partir do ponto de vista de apenas um sujeito. Contudo, hoje já admitimos que tais esforços são inúteis, pois cada página do pequeno volume, quando segurada entre os dedos, se multiplica ao infinito, como nos ensina Jorge Luis Borges com seu livro de areia...

Atualmente, discute-se muito no meio acadêmico literário alemão a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. Entretanto, como assinala Michael Korfmann, sua recepção, no Brasil, se restringe basicamente à área da sociologia, com exceção de um artigo sobre crítica, traduzido por Hans Ulrich Gumbrecht, e outro sobre arte, por Heidrun Krieger Olinto.⁵⁰ Segundo Olinto, as idéias de Luhmann “abandonam hipóteses de identidade e favorecem suposições de diferença”,⁵¹ propondo uma visão não-linear, não-teleológica e não-dialética, mas simultânea da relação entre tempo e história. Por isso, a teoria dos sistemas é uma lente adequada para se focar os atuais problemas das histórias da literatura nacionais.

Jürgen Fohrmann, um dos representantes da teoria dos sistemas no campo da literatura, afirma que uma literatura nacional é o resultado de uma construção variada, desde que, mais ou menos a partir do último terço do século XVIII, abandonou-se a idéia de que as obras surgidas em um país simplesmente dela faziam parte, mas se começou a orientar o processo de definição a partir de seleções, como a restrição da literatura à ficção ou a limitação da literatura nacional aos textos escritos na língua pátria. A nação passaria a ser vista como contexto de constituição diferenciador natural e surgiriam considerações sobre a “natureza” de um povo, pressupondo que, no caráter nacional, se revela sua essência inconfundível. Fohrmann esclarece como nação ou literatura nacional se constituem a partir dessa idéia: à medida que se afasta todo o diferente e se concentra todo o “próprio” em um contexto de sentido, o que contribui para a construção de uma identidade nacional.⁵² Esse processo, como exposto por Fohrmann, reforça a convicção de Niklas Luhmann de que todas as formas de sentido são contingentes, de que o sentido não é uma qualidade universal originada por uma fonte absoluta, existindo apenas como sentido das operações que o utilizam.

Curiosamente, embora se oriente por pressupostos teóricos e metodológicos aparentemente opostos, a concepção de nossa primeira história da literatura também revela algumas semelhanças em relação à teoria dos sistemas. Em primeiro lugar, destaca-se a interdisciplinaridade. Sílvia Romero, como Luhmann, é um sociólogo, que entende a literatura no Brasil como parte da sociedade brasileira e, como tal, refratária a ela. Assim, tenta explicá-la e analisá-la através dos mesmos pressupostos que utiliza para suas análises sociais, como por exemplo, o processo de mestiçagem. Também é interessante traçar um paralelo entre a influência da biologia nas idéias de Romero, via Evolucionismo, e a importância das formulações de Humberto Maturana e Francisco Varela sobre sistemas autopoieticos no campo da biologia para a proposição dos sistemas sociais autopoieticos por Niklas Luhmann.

O questionamento dos critérios de seleção dos textos a serem contemplados em uma história da literatura também aproxima Sílvia Romero de teóricos alemães que vêm se destacando na atual cena historiográfica, como Siegfried Schmidt e Hans Ulrich Gumbrecht. O sergipano não se limita ao abstrato critério de valor estético, utilizado pelo contemporâneo José Veríssimo e por toda a tradição posterior, mas amplia o conceito de literatura, abarcando textos que vão da política ao folclore. Nesse sentido, afina-se com as atuais reivindicações dos Estudos Culturais.

Notas

¹ Cf. SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. Revista de História Regional 9(1): 9-30, Verão 2004.

In: <http://www.uepg.br/rhr/v9n1/911RicardoSouza.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2006. p. 9.

² MOREIRA, Marisol Santos. A recepção de Heinrich Heine em Tobias Barreto. In: <http://www.apario.com.br/index/boletim36/Junggermanisten-Jovens%20germanistas.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2006.

³ Cf. MOREIRA, 2006.

⁴ CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EdUsp, 1978. p. XXIII.

⁵ CANDIDO, 1978, p. XXIX.

⁶ SOUZA, 2004, p. 15.

⁷ SOUZA, 2004, p. 15-6.

⁸ ZILBERMAN, Regina. Entre duas histórias: de Sílvio Romero a José Veríssimo. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: UERJ/ Topbooks/ UniverCidade, 2003. p. 871-881. p. 873.

⁹ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 4a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. p. 19.

¹⁰ VERÍSSIMO, 1963, p. 19.

¹¹ VERÍSSIMO, 1063, p. 302-3.

¹² Ver COSTA, Othon. Sílvio Romero e o germanismo. Revista da Academia de Letras, Rio de Janeiro, Ano XV, N. 67, p. 7-14, 1951.

¹³ De acordo com Boris Fausto, a imigração no sul do país tinha como objetivo a colonização baseada na pequena propriedade, enquanto em São Paulo fornecia trabalhadores para a grande lavoura. Já antes da Independência, José Bonifácio e Dom Pedro teriam começado a atrair colonos alemães principalmente para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul, visando formar uma classe média rural. Fausto afirma que os alemães estiveram em segundo lugar entre os estrangeiros que entraram no Brasil entre 1846 e 1875 e, entre 1824 e 1870, representaram cerca de 93% dos imigrantes que entraram no Rio Grande do Sul. O fluxo teria diminuído a partir de 1860 por causa das más condições de tratamento dos colonos, até que, em 1871, o império alemão teria suspenso o apoio à imigração (Cf. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EdUsp, Imprensa Oficial do Estado, 2002).

¹⁴ Houve na época um grande mal-estar em relação aos imigrantes ou descendentes de imigrantes alemães no sul do Brasil, que tinham sido simpatizantes do nazismo. O governo de Getúlio Vargas cortara relações com o Reich, e, sob a justificativa do processo de nacionalização, a língua alemã fora proibida: livros, jornais, revistas, rádio e a comunicação na vida pública (igreja, escola, associações) passaram a ser controlados.

¹⁵ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo primeiro. 3a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943a. p. 31.

¹⁶ ROMERO, 1943a, p. 30.

¹⁷ ROMERO, 1943a, p. 31.

¹⁸ ROMERO, 1943a, p. 31-2.

¹⁹ ROMERO, 1943a, p. 32.

²⁰ ROMERO, 1943a, p. 37.

²¹ ROMERO, 1943a, p. 37.

²² Edmond Schérer (1815-1889) foi teólogo protestante, político republicano e crítico literário, que, embora nascido em Paris, tinha livre trânsito no mundo anglo-germânico: estudou teologia evangélica e foi ordenado ministro da igreja em Estrasburgo, Alsácia (naquela época ainda pertencente à Alemanha). Abandonou, contudo, a vida religiosa, ingressando na carreira literária como crítico e atuando na vida pública como deputado e senador pelo Partido Republicano. Contribuiu para revistas e publicações representativas, interessando-se, especialmente, pela literatura e política da Inglaterra, país que visitou muitas vezes.

In: [http://en.wikipedia.org/wiki/Edmond Henri Adolphe Sch%C3%A9rer](http://en.wikipedia.org/wiki/Edmond_Henri_Adolphe_Sch%C3%A9rer).

Acesso em 26 de março de 2008.

²³ ROMERO, 1943a, p. 40.

²⁴ ROMERO, 1943a, p. 42-3.

²⁵ ROMERO, 1943a, p. 43.

²⁶ ROMERO, 1943a, p. 42.

²⁷ ROMERO, 1943a, p. 44.

²⁸ ROMERO, 1943a, p. 43.

²⁹ ROMERO, 1943a, p. 44.

³⁰ ROMERO, Sílvia. *História da literatura brasileira*. Tomo quinto. 3a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943b. p. 148.

³¹ ROMERO, 1943a, p. 71.

³² ROMERO, 1943a, p. 73.

³³ ROMERO, 1943a, p. 78.

³⁴ ROMERO, 1943a, p. 78.

³⁵ ROMERO, 1943a, p. 78.

³⁶ ROMERO, 1943a, p. 88.

³⁷ ROMERO, 1943a, p. 119.

³⁸ ROMERO, 1943a, p. 125.

³⁹ ROMERO, 1943a, p. 124.

⁴⁰ ROMERO, 1943a, p. 126.

⁴¹ ROMERO, 1943a, p. 130.

⁴² ROMERO, 1943a, p. 130.

⁴³ ROMERO, 1943a, p. 133.

⁴⁴ ROMERO, 1943a, p. 133.

⁴⁵ ROMERO, 1943a, p. 297.

⁴⁶ A língua francesa passou a ser ensinada nos colégios brasileiros em 1837 (Cf. PIETRARÓIA, Cristina Casadei. A importância da língua francesa no Brasil: marcas e marcos dos primeiros períodos de ensino. In: http://www.gel.org.br/novo/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_01.pdf. Acesso em: 07 set. 2008). Além disso, a literatura do período registra que o francês era meio de comunicação nos saraus da elite carioca e instrumento de acesso à literatura universal. No romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis, a personagem Maria Benedita, oriunda do interior da Província do Rio de Janeiro, aprende francês para melhorar suas chances de ascensão social na

Corte. A prima Sofia explica-lhe que o francês é necessário para conversar e ler romances e, conseqüentemente, contratar um casamento vantajoso.

⁴⁷ ROMERO, 1943a, p. 297.

⁴⁸ ROMERO, 1943a, p. 298.

⁴⁹ ROMERO, 1943a, p. 298.

⁵⁰ Cf. KORFMANN, Michael. A literatura moderna como observação de segunda ordem. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, v. 6, p. 47-66, 2003.

⁵¹ OLINTO, Heidrun Krieger. Voracidade e velocidade: historiografia literária sob o signo da contingência. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p.23-34. p. 23.

⁵² Cf. FOHRMANN, Jürgen. Grenzpolitik. Über den Ort des Nationalen in der Literatur, den Ort der Literatur im Nationalen. In: CADUFF, Corina; SORG, Reto. *Nationale Literaturen heute – ein Fantom?* Die Imagination und Tradition des Schweizerischen als Problem. München: Wilhelm Fink, 2004. Versão do artigo em língua portuguesa, por Ana Helena Krause: FOHRMANN, Jürgen. Política de fronteira. Sobre o lugar do nacional na literatura e o lugar da literatura no nacional. *Contingentia*, Porto Alegre, v. 3, No 1, 2008. Acessível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/4161/2202>